



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680366 - RS (2021/0220103-9)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : TAIENE DA ROCHA MEJIA E OUTRO
ADVOGADOS : MARIANA SOARES PINTO DA SILVA - RS110812
TAIENE DA ROCHA MEJIA - RS080564
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : BRENDON GARCIA VALENTE (PRESO)
CORRÉU : MARCELO MESSAGI DA SILVA JUNIOR
CORRÉU : CHRISTIAN VIEIRA DA SILVA
CORRÉU : MAURICIO RENAN BITTENCOURT DE LIMA
CORRÉU : MATHEUS GARCIA DE VASCONCELLOS
CORRÉU : FERNANDO DA SILVA AYRES
CORRÉU : JEFERSON DA SILVA SANTOS
CORRÉU : BRENDON GARCIA VALENTE
CORRÉU : JONATHAN ROSA RODRIGUES
CORRÉU : ROGER CONCEICAO DA ROSA
CORRÉU : JEFERSON LUIZ PEREIRA MARTINS
CORRÉU : ISMAEL MORAES DE ABREU
CORRÉU : ADRIANO DELAZARI
CORRÉU : DIEGO PADILHA DA ROSA
CORRÉU : RONALDO DE SOUZA BUENO
CORRÉU : VINICIUS VIANA OLIVEIRA
CORRÉU : VALACI UFFERMANN
CORRÉU : ADRIANO DA SILVA MEDEIROS
CORRÉU : JONATHAN SOUZA RABELO
CORRÉU : IGOR MATHEUS SILVA BITTENCOURT
CORRÉU : ALEXSANDRO JUNIOR SOUZA FREY
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de BRENDON GARCIA VALENTE em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (00185466420218217000).

O paciente se encontra preso preventivamente pela prática, conjunta a corréus, em tese, do crime de constituir e integrar organização criminosa, vinculado à facção "bala na cara".

As impetrantes sustentam que não há provas do envolvimento do paciente no crime em questão; que inexistente fundamentação da sua prisão; que há excesso de prazo para o início da instrução criminal, cabendo a imposição das medidas alternativas à prisão do art. 319 do CPP; e que está evidente o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, para se revogar de imediato a prisão preventiva decretada.

Requer, liminarmente, o deferimento da medida de urgência a fim de que seja revogada a prisão preventiva decretada, expedindo o alvará de soltura, em razão da ocorrência do excesso de prazo, nos termos do art. 648, II, do Código de Processo Penal. No mérito, pugna pela concessão da ordem para se confirmar a liminar deferida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente